



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais

CLARA DE OLIVEIRA CUNHA

**A NEGAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ÀS
TRABALHADORAS DOMÉSTICAS E A PERPETUAÇÃO DO
ESTADO COLONIAL BRASILEIRO**

**BRASÍLIA - DF
2018**

CLARA DE OLIVEIRA CUNHA

**A NEGAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ÀS
TRABALHADORAS DOMÉSTICAS E A PERPETUAÇÃO DO
ESTADO COLONIAL BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
do Centro Universitário de Brasília para a
obtenção do grau de bacharela em Direito.
Orientador: Prof. Dr. Rene Marc.

BRASÍLIA – DF

2018

CLARA DE OLIVEIRA CUNHA

**A NEGAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ÀS
TRABALHADORAS DOMÉSTICAS E A PERPETUAÇÃO DO
ESTADO COLONIAL BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do
Centro Universitário de Brasília para a
obtenção do grau de bacharela em Direito.
Orientador: Prof. Dr. Rene Marc.

BRASÍLIA, 18 DE JUNHO DE 2018

BANCA EXAMINADORA

PROF. RODRIGO AUGUSTO LIMA DE MEDEIROS

PROF. RENE MARC DA COSTA SILVA

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de uma transformação pessoal graças à espaços coletivos de trabalho, discussão e ativismo. Gostaria de agradecer, primeiramente, as pessoas do coletivo Lua, sem às quais a conclusão desse curso provavelmente não teria ocorrido. Foi um espaço de muita acolhida e empoderamento que encontrei nos anos finais do meu curso e que foi fundamental para o surgimento desse trabalho, das minhas mudanças de posicionamento e para minha paz interior. Gostaria de agradecer especialmente nas pessoas de Carolina Rath, Luiza Moreira, Junior Reis, Raquel Bartholo, Kathleen Karnal e Alex Cândido.

Outro espaço fundamental para minha transformação foi o projeto Promotoras Legais Populares, também grande responsável pela conclusão desse curso. Foi nesse espaço que encontrei realmente o sentido de estudar direito. As promotoras me fizeram enxergar que é possível construir o direito que sempre havia sonhado em estudar: um direito como instrumento transformador e emancipador da sociedade. E essa transformação não seria possível sem às diversas discussões e embates a respeito dos temas de gênero, raça, classe e educação popular. O meu muito obrigada à todas que construíram e seguem construindo esse espaço.

Ao professor Rene por todas às discussões, recomendações de leituras e conhecimento sobre o movimento negro que me proporcionou.

Diversos outros coletivos e ativismos cruzaram meu caminho durante esses dois anos de pesquisa os quais também não posso deixar de registrar o meu muito obrigada. Ao grupo de pesquisa de Constitucionalismo e povos indígenas na América Latina da Professora Sandra Nascimento que me proporcionou o acesso e abertura para toda a discussão sobre teoria decolonial. Ao escritório Cezar Britto Advogados Associados que, com sua equipe incrível, seguiu consolidando minhas visões sobre a importância dos direitos trabalhistas. Ao grupo de pesquisa Cortes Constitucionais e Democracia da professora Patrícia Perrone e Alessia pela aproximação latino americana que proporcionam. Por fim, à ONG engajamundo por todos os aprendizados, ativismo, empoderamento jovem, democracia profunda e transparência exemplar e inspiradora que me proporcionaram.

Por último à minha família, minha mãe, irmão, pai e irmãs por todo o apoio e amor. Em especialmente à minha mãe Cida e meu irmão Francisco por serem tão presentes e estarem ao meu lado em todas as loucuras que decidi fazer na vida, desde participar de mil atividades concomitantes até ir morar sozinha e por aguentarem minhas militâncias diárias.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso busca compreender a articulação entre raça, gênero e classe no acesso à direitos, particularmente direitos trabalhistas. Para tal, estudou-se o caso especificamente das trabalhadoras domésticas, enquanto grupo que encontra-se numa posição subalterna nessas perspectivas. Procurou-se entender a relação histórica dessa categoria trabalhista e sua ligação com a sociedade e o Estado pós colonial brasileiro.

Palavras-chave: decolonial, trabalhadoras domésticas, direitos das mulheres, feminismo negro

ABSTRACT

This current undergraduate final work looks forwards to comprehend the liaison between race, gender and economic class and their relation to rights access, specifically to labors rights. Therefore, this paper addresses in particular the domestic workers due to its subordinated positions in those perspectives mentioned before. Its purpose is to throw light on the historical relation between this worker category and the Brazilian post-colonial State and society.

Key words: decoloniality studies, domestic workers, women rights, black feminism

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 ORIGEM DO TEMA.....	9
2. COLONIALIDADE DO PODER E SUBALTERNIDADE.....	11
2.1 Pós coloniais x decoloniais	11
2.2 A invenção da América e o conhecimento Europeu.....	15
2.3 Pensamento fronteiriço e história única.....	17
2.4 Imperialismo e modernidade.....	18
2.5 Trabalho e raça.....	20
3 DE ESCRAVAS A LIBERTAS.....	23
3.1 A cultura mestiça e o racismo privado.....	28
4. RACISMO: O POTENCIAL DOS DADOS DESAGREGAGOS.....	32
4.1 Dados desagregados e interseccionalidade: as especificidades das trabalhadoras domésticas	33
5. TRABALHADORAS DOMÉSTICAS.....	37
5.1 A luta das trabalhadoras domésticas e outros movimentos políticos.....	37
5.2 Mulheres negras e o trabalho doméstico.....	39
5.3 Estudos e mulheres negras.....	42
5.4 Direitos trabalhistas e sua representatividade.....	44
6. CONCLUSÕES.....	46

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. INTRODUÇÃO

1.1 Origem do tema

Essa pesquisa surgiu de uma inquietação posta durante a apresentação de um trabalho na matéria história e historiografia das mulheres do curso de História na Universidade de Brasília. À convite da professora Teresa Marques, minha orientadora na monografia de tema “Estatuto da Mulher Casada : reforma no direitos das mulheres casadas de 1962”, apresentei essa pesquisa brevemente. A reforma trata do reconhecimento da capacidade civil das mulheres uma vez alcançada a idade de 21 anos e dá não mais transferência dessa capacidade aos maridos com o advento do casamento. Em razão da incapacidade civil após o casamento, as mulheres perdiam também o acesso à direitos que a plena capacidade civil nos possibilita: assinatura de contratos, abertura de conta no banco, responsabilidade tutelar sobre seus filhos, etc.

Apesar da fundamental importância do Estatuto para garantia de direitos das mulheres em pé de igualdade jurídica, não se pode deixar de mencionar que em um país desigual como o nosso, há sempre grupos que não são atingidos pela realidade jurídica, seja devido às formalidades, à burocracia ou ao racismo sistêmico. Assim, durante a apresentação do trabalho, fui indagada sobre os impactos dessa mudança normativa na vida das mulheres negras, essas desde sempre trabalhadoras árduas, independente de registro trabalhista, capacidade civil para realização de contratos, entre outros impedimentos formal para o acesso à direitos.

Nesse mesmo período, ingressei no projeto de extensão Promotoras Legais Populares, projeto que visa, através da educação popular, orientar mulheres sobre seus direitos. Também nesse espaço se tornou tão discrepante e incontestável a distinção de acesso à direitos que as distintas mulheres possuíam que urgia a necessidade de uma nova pesquisa que levasse em consideração a interseccionalidade. A perspectiva interseccional visa alertar sobre a impossibilidade de combater fatores estruturais isoladamente, posto que há grupos afetados por todos esses fatores conjuntamente.

Pouco tempo depois, juntei me ao grupo de pesquisa “Constitucionalismo e povos indígenas na America Latina”, organizado pela

professora Sandra Nascimento, onde, pela primeira vez, tive contato com a teoria decolonial. Rapidamente pude perceber que a luta das trabalhadoras domésticas, por tratar-se de uma luta que articula conjuntamente gênero, raça, classe trabalhadora e condições socio-econômicas, tratava-se, embora diversamente do movimento indígena, também de um projeto decolonial.

Foi assim, conforme exposto anteriormente, que surgiram as perguntas e inquietações que procurei construir e articular neste trabalho.

2. COLONIALIDADE DO PODER E SUBALTERNIDADE

3.2 Pós coloniais x decoloniais

Tem se destacado na área de estudos étnico raciais as perspectivas de estudos decoloniais e pós-coloniais. Ambas abordagens investigam as heranças coloniais em uma perspectiva interdisciplinar, abarcando diversas áreas de conhecimento. É importante, portanto, entender seu arcabouço comum e suas diferenças.

À primeira vista, poderia inferir-se que os estudos pós-coloniais tratam de sociedades e Estados que foram colonizados. Segundo Stuart Hall (apud MELLINO, 2008, p.23) esse conceito pode ajudar a “describir o caracterizar el cambio [...] que marca la transición (necesariamente no uniforme) de la edad del império al momento de la postindependencia o posdescolonización”. Sob outro enfoque, o conceito de pós-colonial pode também abordar estruturas surgidas no período posterior a independência e apontar mudanças sofridas não apenas nas sociedades colonizadas mas também nas sociedades colonizadoras. Hall compreende o fim da colonização como um processo macro, portanto, que não modificou apenas as sociedades colonizadas. Para Hulme (apud MELLINO, 2008, p.23), o pós-colonial deveria significar “el proceso global de liberación del síndrome colonial”.

Em função disso, não se deve fazer confusão ao se falar de pós colonial enquanto marco cronológico ou de catalogação histórica em períodos, com a corrente de pensamento pós colonialista. O intuito aqui é abordar o pós colonial enquanto matriz teórica.

Muitos autores, entres eles Ashcroft, Griffiths y Tiffin, apresentam a teoria pós-colonial como produto de um movimento surgido no âmbito da literatura crítica que instigou a tensão com o sistema colonial e o imperialismo europeu (MELLINO, 2008, p.25). Em razão disso, o pós colonialismo não tem uma matriz teórica única (ROSEVICS, 2014, p.184) e despontado em distintos períodos temporais à depender das independências na Ásia e na África. Superando as características regionais e mesmo temporais, o que torna uma literatura tipicamente pós colonial é o fato de terem emergido a partir da experiência da colonização e se afirmado em contraposição ao poder imperial.

A literatura é identificada como umas das primeiras expressões de uma nacionalidade, como apontado por Salman Rushdie (apud MELLINO, 2008, p.35).

Entre as estruturas que identificam os estudos pós coloniais, apontadas por Sergio Costa (2006) estão: a formação de um discurso social, a descentralização das narrativas e dos sujeitos contemporâneos e o seu desenvolvimento a partir de estudos culturais britânicos. A crítica da narrativa eurocentrada, demonstrando como “o mundo colonizado é construído discursivamente a partir do olhar do colonizador, e como o colonizado se constrói tendo por base o discurso do colonizador” (ROSEVICS, 2014, p.191) é seu ponto central.

A tríade teórica dos estudos pós-coloniais, principalmente a partir dos anos 80 e da desilusão com os projetos de emancipação, o surgimento do pós-modernismo e do pós-estruturalismo, são os autores Edward Said, Homi K. Bhabha e a autora Gayatri Spivak. Said (apud MELLINO, 2008, p.37), porém, se mostrou um crítico dessa perspectiva teórica, por considerá-la muito acadêmica, incapaz de transpor os muros universitários. Ele defendia que sua visão possuía como ponto de partida a experiência colonial desde o ponto de vista do colonizado. Apesar da longa experiência colonial da América Latina, a região não aparece nos trabalhos dos três autores citados anteriormente. A perspectiva pós colonial desenvolveu-se majoritariamente entre ex colônias britânicas e francesas, possuindo um idioma epistemológico específico: o inglês.

O pós colonial busca rejeitar as tradições sociológicas do subdesenvolvimento, sem, porém, negar o uso de conceitos sociológicos europeus. Uma das obras representativas desse movimento é a “provincializing europe” do historiador indiano Dipesh Chakrabarty. Forte crítico da linearidade histórica, que reforça o ideal de que há apenas um caminho para o desenvolvimento cujo o objetivo final seria igualar-se a “civilização européia”, e do historicismo clássico, no qual movimentos políticos não operários ou vinculados ao capital não se encaixam em nenhuma recorte teórico – nem marxista, nem liberal – Chakrabarty confronta o anacronismo da aplicação desses conceitos à sociedade indiana (LEDA, 2015, p.104). A dialética desse movimento é revelar a insuficiência de conceitos e categorias intelectuais

européias, como democracia, igualdade, direito, Estado-nação, para interpretar outros processos históricos e ao mesmo tempo, devido à globalização e às invasões européias, são conceitos indispensáveis. Esses conceitos “são parte de um legado universal, mas expressam idéias absolutamente distintas em cada contexto” (LEDA, 2015, p. 111). A idéia de “provincializar a europa”, conseqüentemente, não é romper com a perspectiva de modernidade, mas renovar seus conceitos, de forma a tornar sua utilização mais fidedigna a outras realidades. “Não é recusar a razão e seu método analítico, mas reconhecer suas limitações para pensar múltiplas formas de estar no mundo”.

Outra posição pós colonial, porém minoritária, foi defendida por Robert Young (apud MELLINO, 2008, p.43) o qual definia o discurso pós colonial como uma tentativa de superar “la alergia y el horror al otro inmanente a todo el saber occidental”. Young defendia a idéia de uma crítica tricontinental, na qual as diversas ex-colônias possuiriam um luta comum, devido a herança do colonialismo, cominada no movimento de antiglobalização em todo o mundo. Entre suas críticas das idéias totalizantes, dizia que o marxismo era apenas mais uma das tantas violências epistemológicas ocidentais.

Já a matriz dos estudos decoloniais surgem posteriormente e apareceram como crítica aos estudos pós coloniais e subalternos. Algumas de suas críticas eram o uso de autores europeus nos estudos subalternos, o que representava uma traição ao objetivo principal desses estudos que era romper o pensamento eurocêntrico, e também a produção desse conhecimento sempre em espaços acadêmicos em países imperialistas” (ROSEVICS, 2014, p.191).

Evitando retornar a uma análise teórica que se proponha a universalizar a experiência de todas os países colonizados, é importante também pontuar que esses estudos se diferenciam por trazer reflexões teóricas específicas de acordo com a experiência colonialista de cada uma das regiões. Os estudos pós-coloniais tratam da experiência de países que conseguiram em alguma medida manter “princípios filosóficos e epistemológicos das sociedades anteriores à ocupação, o que permite um resgate das raízes pré-coloniais”. Enquanto isso, os decoloniais denunciam que os países e sociedades colonizadas latino-americanos ainda vivem sob a perpetuação de uma

estrutura colonial criada com a colonização e a qual não foi desmontada com a independências das colônias (BERNARDINO-COSTA, 2007, p.313).

Os estudos decoloniais se propõem, portanto, a apontar como diversas áreas do saber como o direito, a ciência, a religião-espiritualidade, a linguagem, entre outras estruturas sociais, ainda reproduzem hierarquias construídas e estabelecidas no período colonial, sendo a principal delas a étnico racial. São representados principalmente por autoras e autores latino americanos, buscando quebrar concepções universalizantes das experiência pós-coloniais e discutir especificamente a sociedade latino americana.

Outro diferencial da perspectiva decolonial é a concepção do espaço fronteiriço. Um espaço limítrofe, ponto de encontro entre características universalizadas e outrificadas, como um espaço onde as diferenças são reinventadas, mas principalmente onde são formulados conhecimentos a partir das experiências subalternas (BERNARDINO-COSTA, 2007).

O fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir do lugar epistêmico subalterno. É importante o compromisso da construção de um pensamento contra hegemônico (GROSFOGUEL, 2009). Essa é igualmente uma das críticas de Said aos estudos pós-coloniais, por vezes escrito a partir do ponto de vista do colonizador e com seus representantes escrevendo, em grande parte, a partir de universidades localizadas nas ex-metrópoles. (MELLINO, 2008, p.37)

O conceito fundamental da teoria decolonial é o de “colonialidade do poder” e foi cunhado por Aníbal Quijano, sociólogo peruano. A colonialidade do poder marca justamente os legados do colonialismo em Estados-nação independentes. É importante apontar a diferença entre os conceitos de colonialismo e colonialidade. O colonialismo refere-se a um período histórico específico da expansão/invasões européias e o estabelecimento de colônias. Refere-se portanto à época colonial “lato sensu”, em que havia explicitamente colônias pertencentes à metrópoles, etc. A colonialidade do poder, por outro lado, é o padrão de poder que se estabeleceu com a conquista/invasão da América e não pode ser compreendido senão juntamente ao surgimento do capitalismo e da modernidade (BERNARDINO-COSTA, 2007, p.314).

Embora os dois grupos visem construir projetos teóricos a partir do sul global, eclodindo a posição de “objetos de estudos” para “produtores de conhecimento”, em razão da distinta temporalidade da invasão européia, herdaram distintas referências européias.

Tratando-se de um trabalho que parte de uma perspectiva de gênero, raça, classe, desde o sul e antiuniversalizante, será utilizada a perspectiva decolonial como base teórica. O reconhecimento de raça enquanto categoria principal de organização das demais hierarquias é princípio fundante das sociedades latino americanas e diferencial teórico essencial na perspectiva decolonial. A proposta é compreender como essa colonialidade do poder descrita por Quijano apresenta-se e perpetua-se na negação de direitos às empregadas domésticas.

3.3 A invenção da América e o conhecimento Europeu

A história da América é contada a partir da chegada dos europeus ao continente. Eis o marco do começo da existência da América enquanto local histórico. Isso ocorre em razão da construção de um conhecimento histórico baseado unicamente em critérios, perspectivas e acontecimentos europeus. Essa estrutura lógica concebida enquanto modelo único ou universal de conhecimento, faz com que desapareça seu lugar “geoistórico originário”, ou seja, oculta a perspectiva européia por detrás dela. É importante destacar essas visões enquanto européias, e não abstratas ou neutras, construindo o que Mignolo define como a geopolítica do conhecimento (LEDA, 2015, p. 116)

A invenção da América, termo cunhado pelo historiador mexicano Edmundo Ó Gorman, é uma construção de mão dupla: se definia o que era América e o que seriam seus povos em oposição a definição da própria Europa. 1492, o ano da descoberta da América, é também ano da reconquista de Granada frente aos árabes. A Europa se construiu enquanto conceito em oposição a esses demais povos. Para Said, “es por médio de la percepción del otro en cuanto primitivo, arcaico, bárbaro, tradicional, simples o selvaje que el Occidente produjo la imagen y la reafirmación de sí mismo” (MELLINO, 2008, p. 48).

É interessante perceber a reviravolta que acontece na identificação civilizatória européia. Enquanto na antiguidade os europeus eram os bárbaros, aqueles que não sabiam falar em grego, nem se comunicar e não podiam ser comparados às culturas de povos do Sul e do Oriente (África e Ásia de hoje) (DUSSEL apud BOTELHO, 2013, p.198), na modernidade os europeus se constroem como parte e continuidade dessa tradição helenística e transformam os demais povos, árabes, judeus, indígenas e africanos como bárbaros. Mesmo tendo sido o mundo árabe o que tenha resguardado o conhecimento grego por séculos, enquanto a Igreja Medieval o desconsiderava, a Europa se constrói como continuidade da tradição grega-helenística. O Iluminismo alemão teve papel crucial na construção desse ideal europeu que juntamente com o Renascimento italiano, a descoberta da América e a luta contra os muçulmanos, elaboraram marcas culturais, capacidades intelectuais e raças estabelecendo a superioridade européia frente “os Outros” (DUSSEL apud BOTELHO, 2013, p.198).

A racionalidade iluminista é construída a partir da ideia da superioridade européia perante os povos indígenas, vistos pelos europeus como sujeitos “em estado de natureza”. Era papel dos europeus, portanto, iluminá-los não apenas com relação à religião, mas também na missão de civilizá-los. Diversos autores europeus desse período discorreram sobre a inferioridade que justificaria o massacre físico, cultural ou a submissão dos povos originários da América aos europeus. Hegel chega ao ponto de dizer que esse era um continente cujo qual os habitantes não poderiam encontrar o caminho do Espírito (BOTELHO, 2013, p.207).

A racionalidade é construída como uma característica exclusivamente européia, um instrumento para construção da consciência e da liberdade. Após afirmado pelos grandes filósofos que os povos não-europeus eram desprovidos da mesma capacidade intelectual dos brancos, seria a vez da biologia e da antropologia comprovarem cientificamente essas diferenças (BOTELHO, 2013, p.216). A maior conquista do iluminismo foi a construção dessa racionalidade como parâmetro universal.

3.4 Pensamento fronteiriço e história única

Quando os estudiosos decoloniais falam em emergência do pensamento fronteiriço, é justamente a busca da construção de uma pensamento que leve em consideração epistemologias indígenas, afrodescendentes, mestiças, etc. É um pensamento que “emerge do confronto entre o conhecimento moderno/europeu e os conhecimentos produzidos da perspectiva das modernidades coloniais (Ásia, África, Américas e Caribe)” (BERNARDINO-COSTA, 2007, p.319). Diferentemente do pensamento europeu, o pensamento fronteiriço não se propõe como único, tampouco universal. Ele leva justamente em “conta a duplicidade de consciência que o sistema mundo colonial/moderno gera” (BERNARDINO-COSTA, 2007, p.319). Tampouco se poderia falar em um pensamento fronteiriço unívoco que representasse todas as situações coloniais, ponto criticado nos estudos pós-coloniais por buscar uniformizar as experiências baseando-se nos ocorridos do sul asiático e da África.

O pensamento fronteiriço se refere as diferentes consciências criadas a partir da experiência branca ou consciência branca, frente a consciência dos legados africanos ou indígenas. A consciência branca seria:

“a herdada dos colonizadores que, mesmo que se oponha geopoliticamente à Europa no intuito de construir uma nação independente, não nega o eurocentrismo e , portanto, reproduz o padrão de poder moderno/colonial, hierarquizando raças, trabalho, gênero, sexo, língua, religiosidade/espiritualidade” (BERNARDINO-COSTA, 2008, p. 320)

Walter Mignolo (2005, p.13) lembra que “hay una tendencia general a aceptar el pensamiento construído a partir de la historia y experiencia europea”, pois como posto anteriormente, foi esse o pensamento construído como dito universal. O pensamento fronteiriço floresceu principalmente na região andina, com os povos indígenas, e em outras partes do mundo, sobre a temática da interculturalidade, em regiões onde residem muitos imigrantes de ex-colônias. Esse pensamento procura, na medida do possível, recuperar “cosmologias e conhecimentos milenares [que] foram reduzidos a superstições, conhecimento popular, folclore, etc” (BERNARDINO-COSTA, 2007, p.215). Mignolo (2005) define esse apaziguamento de outros conhecimentos como um processo de

colonização da memória, apontado igualmente por Costa-Bernardino e Grosfoguel (2016, p.18) como um “processo de dissimulação, esquecimento e silenciamento de outras formas de conhecimento que dinamizam(vam) outros povos e sociedades”.

Perspectiva semelhante é trazida pelo estudiosos que alertam para o perigo da “história única”. Chimamanda Adichie (2009), escritora nigeriana, define que “é impossível se falar sobre história sem se falar em poder.[...] Poder não é apenas a capacidade de contar a história de outra pessoa, mas tornar essa história a história definitiva sobre aquela pessoa” (TEDTALK, 2009). Os nativos nunca tiveram o privilégio sobre a [sua] verdade histórica (MIGNOLO, 2005, P.15), pois no mesmo momento em que “nasceram”, no momento da invasão, também desapareceram, portanto, é como se nunca tivessem existido (MIGNOLO; 2007, p.50). Adichie (2009) cita ainda outra consequência da história única, ademais da criação de estereótipos. Ao tornar uma história como a única história possível, se “rouba a dignidade das pessoas, torna nosso entendimento de humanidade difícil, pois enfatiza no que somos diferentes ao invés de focar no que somos similares”¹ (tradução livre).

3.5 Imperialismo e modernidade

Em cultura e imperialismo, Said (2011) faz uma análise de diversos romances escritos por europeus a respeito de “outros povos”. A escrita da história única foi(é) o que construiu (e ainda constrói) a justificativa da possessão de terra pelos europeus (ou norte-americanos) frente a outros povos. Said (2011, p.4) aponta que “o principal objeto de disputa no imperialismo é, evidentemente a terra”. O direito sobre essa terra, porém, é decidido por intermédio da narrativa. “Quando se tratava de quem possuía a terra, quem tinha o direito de nela se estabelecer e trabalhar, quem a explorava, quem a reconquistou e quem agora planeja seu futuro”, são

¹ “the single story create stereotypes. And the problem of stereotypes is not that they are untrue but that they are incomplete. They make one story became the only story [...] the consequence of a single story is this: it robs people of dignity. It makes our recognition of equal humanity difficult. It emphasises how we are different rather than how we are similar” (TEDTALK, 2009)

questões decididas na narrativa histórica. E é esse poder de narrar uma das conexões mais fortes entre imperialismo e cultura.

Entende-se cultura como práticas gerais, características de uma sociedade como as artes, a comunicação, o idioma, a forma de agir, etc. Em outros momentos, porém, ela é construída como um “elemento de elevação e refinamento, [uma espécie de] reservatório do melhor de cada sociedade, no saber e no pensamento” (SAID, 2011, p.5). Esse “acesso” à cultura, ao melhor, é muitas vezes utilizado para diferenciar “nós” e “eles”, uma associação agressiva que ao mesmo tempo que cria identidades, desabona elementos não integrantes dessa “cultura superior”. A leitura colabora na construção de pertencimento leal à nações e tradições, muitas vezes de forma acrítica, desvalorizando outras experiências culturais.

O imperialismo político, portanto, é a dominação de todo um campo de estudo, imaginação e instituições. Colonialismo e imperialismo constroem-se mutuamente, afinal, não há colônia sem império. Não se resumem, tampouco a fenômenos político-econômicos, são responsáveis também pela formação de discursos que produzem imagens e estereótipos da alteridade cultural, os quais colaboram, mais uma vez, para construção de uma identidade ocidental, ou cultural ocidental, superior as demais (MELLINO, 2008, p.47).

E foram essas diferenças culturais, vistas sobre o ponto de vista europeu, que construíram a idéia de uma Europa detentora cultural, sob o ponto de vista de um reservatório do melhor da humanidade, enquanto os demais povos, resumidos à termos generalizantes como índios, negros e orientais, estariam “atrasados”, e deveriam desenvolver-se para alcançar o estágio histórico moderno e desenvolvido no qual encontravam-se os europeus. Nessa visão, o colonialismo se justificava como um meio de superação dessas tradições para alcançar a modernidade. Se a modernidade tem um sentimento emancipador para a Europa, ela não tem a mesma positividade para o outro não-europeu (BERNARDINO-COSTA, p.216). O imperialismo que construiu a modernidade e portanto, só são modernos os países que acompanharem esse caminho linear.

Essa visão histórica justificou(a) qualquer castigo, violência ou até mesmo a morte, para que fosse(seja) possível civilizar, evangelizar, modernizar, desenvolver ou, mais recentemente, democratizar outros povos.

Essa “missão civilizatória” colonial justificava o “acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle de reprodução e terror sistemático” (LUGONES, 2014, p.938). A dominação “necessária”, justificada pelo questionamento da humanidade dos que não possuíam o mesmo lócus do conhecimento, uma obrigação mesmo moral de desenvolver os primitivos (BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL; p.18). A definição do bom ou do mau nativo a partir da sua proximidade com a cultura moderna, ou seja, européia. Como apontado por Mignolo (2007, p.10), o progresso da modernidade caminha de mãos dadas com a violência. São diversos projetos todos travestidos para justificar uma violência sacrificial, como aponta Grosfoguel:

“por los últimos 513 años de sistema mundo Europeu/Euro-americano moderno/colonial capitalista patriarcal fuimos Del ‘cristianizate o te mato en el siglo 16, AL ‘civilizate o te mato’ en el siglo 18 y 19, AL ‘desarrollate o te mato’ en el siglo 20, y, más recientemente, AL ‘democratízate o te mato’ a principio Del siglo 20 (GROSFOGUEL apud BERNARDINO-COSTA, 2007, p.316)

A violência que caracteriza o descobrimento da América – e os demais “modernismos”- não é um lado sombrio, nem um desvio na história da modernidade, muito pelo contrário, “é a demonstração de suas condições mais elementares, seu ponto de partida e sua natureza” (BOTELHO; 2013, p.9)

3.6 Trabalho e raça

Foi a chegada-invasão da América, e, portanto, o estabelecimento do imperialismo Europeu, que possibilitou uma articulação de territórios de diversas partes do mundo através de um sistema de circulação de mercadorias, denominado capitalismo comercial. A Europa se torna o centro a partir do qual se interligam América, África e Ásia. Nesse sistema de circulação de mercadorias cada continente tinha seu papel muito bem definido: enquanto América provinha matéria prima a ser trabalhada e utilizada pela Europa, a África provinha mão de obra.

A América foi o primeiro local em que a colonialidade do poder se materializou. A lógica da colonialidade opera em quatro domínios da experiência humana:

“(1) económico: apropiación de la tierra, explotación de la mano de obra y control de las finanzas; (2) político: control de la autoridad; (3) social: control del género y la sexualidad, y (4): epistémico y subjetivo/personal: control del conocimiento y la subjetividad.(MIGNOLO, 2007, p.35)

Todos esses domínios estão interligados entre si. Portugueses e espanhóis tomaram as terras dos povos indígenas e tornaram-se os únicos dignos de trabalhos assalariados, controlando, por conseguinte, o domínio econômico e político. Dessa maneira, na esfera política e social, no Brasil, apenas os descendentes de europeus eram considerados cidadãos, e, consequentemente, os únicos com direitos políticos, até o início do século XX.

Diferentemente de outros momentos históricos, a construção social da América baseou-se no estabelecimentos de papéis sociais divididos por “raça”. A própria categoria raça foi uma consequência da invenção da América. Enquanto indígenas foram considerados “apenas” desconhecedores do latim e da religião católica, e, portanto, poderiam ainda ser passíveis de conversão, os povos africanos foram considerados “corpos destituídos de alma”, impossíveis de conversão e, por isso mesmo, seu único destino possível seria o de servirem e serem mandados. Segundo Hooks, “o corpo colonizado foi visto como corpo destituído de vontade, subjetividade, pronto para servir e destituído de voz [...]; corpos destituídos de alma (apud BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL; 2016). Hooks aponta ainda os papéis construídos para os diferentes gêneros pois, enquanto “o homem colonizado foi reduzido a mão de obra, a mulher colonizada tornou-se objeto de uma economia de prazer e desejo” .

Raça e trabalho se associaram como se fossem de uma objetividade natural. Das diversas hierarquias coloniais, essa é a que com mais força se perpetua até hoje. As independências nacionais ocorridas no século XIX não tiveram forças para quebrar o padrão de poder estabelecidos entre pessoas negras e brancas no período colonial. Tal fato se deu devido a ausência de interesses em comuns entre indígenas e brancos e negros e brancos. A minoria branca que se encontrava – e se encontra – no controle do Estado segue tentando construir uma idéia de América latina descendente apenas de Europeus, o que se pode concluir do próprio nome. “A colonialidade do poder

levava(leva) os membros da elite branca a se identificarem(identificar) com os brancos dominantes da Europa e dos Estados Unidos” (BERNARDINO-COSTA; 2006, P.317)

A inserção desses “outros” no sistema mundial, ocorreu de acordo com essas novas identidades raciais criadas a partir do europeu. Foi de acordo com essa classificação racial que foram inseridos no sistema mundial capitalista. O resultado mais profundo da colonialidade, é, portanto, a designação de formas não assalariadas de produção exclusivamente a grupos raciais inferiores. A forma de produzir era definida a partir da raça, experiência histórica que não pode ser comparada a servidões existentes anteriormente, nem como herança de qualquer época (BOTELHO; 2013, p.23).

Essa conexão entre trabalho e raça se disfarça através do caráter abstrato do trabalho, as premissas de igualdade abstratas do capitalismo, fazendo com que, aparentemente, não haja diferença entre os agentes. Mas a recusa de pagamentos dignos à trabalhos mais manuais, ainda nos dias de hoje, explicita que ainda prevalecem diferentes formas de inserção na economia capitalista e que a colonização do trabalho nunca foi definitivamente abolida. A prova mais evidente foi a forte imigração europeu-ocidental a partir de 1870 para ocupar os postos de trabalho assalariados que surgiram com a abolição da escravidão. Essa divisão do trabalho e conseqüente separação de grupos ou categorias dignas de reconhecimento de direitos, é, como já posto anteriormente, apenas mais uma das hierarquias construídas juntamente no imperialismo e da modernidade.

3. DE ESCRAVAS A LIBERTAS

Compreender os acontecimentos históricos que ligam a categoria de escravas, amas, criadas a empregadas domésticas e diaristas, caberia por si só um estudo completo. Não apenas devido a variedade de definições mas devido ao amplo período abrangido. É certo que esse grupo e sua situação social modificou-se em um período tão longo. É importante, portanto, compreender quais os costumes se mantiveram entre patrões e essa categoria de trabalhadoras, consciente, porém, de que não se trata de um modelo de comportamento monolítico e que certamente se modificou ao longo da história do Brasil. A finalidade é tomar conhecimento de situações que representam a construção de um modelo colonial de poder, baseado em gênero, raça e estabeleceram padrões de trabalho baseado nesses critérios.

Diferentemente de muitos recortes históricos que utilizam-se de recortes políticos como marcos temporais ao estudar grupos econômico-sociais, muitos historiadores buscam conhecer justamente os períodos anteriores e posteriores a mudança de forma de governo. Visando tal, Lorena Telles (2013) e Sandra Graham (1992) pesquisaram o relacionamento entre criadas e seus patrões nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, durante a transição do império para a república.

Em 1822, o Brasil possuía uma das maiores populações escravas da América e também uma das maiores populações de afro-descendentes livres (MATTOS, 2004 p.25). Impossível, portanto, seria discorrer a respeito da independência do país e, conseqüentemente, da definição de cidadão brasileiro, sem discorrer sobre a questão os dos afro-descendentes escravizados enquanto cidadão. Foi um conhecido dilema a discussão entre os países da Afro-América sobre a declaração desarmônica entre a declaração liberal de que “homens nasciam livre e iguais” e a manutenção da escravidão (MATTOS, 2004, p. 48).

Foram as teorias raciais, as quais ganharam mais força no século XIX, que permitiram a manutenção dessa dicotomia. Argumentos biológicos naturalizaram as desigualdades sociais e justificaram a restrição dos direitos civis de parte da sociedade. Em uma sociedade sem interesses políticos de abolir a escravidão, a racialização foi a justificativa para criar restrições frente a uma concepção universalizante de cidadão (MATTOS, 2004, p.80). Raça e

cidadania foram, portanto, duas categorias construídas conjuntamente no continente americano. A prova disso foram as várias restrições e costumes que seguiam mantendo a diferenciação entre cidadãos brasileiros. Com relação aos direitos políticos, só seriam elegíveis os cidadãos que tivessem nascido “ingênuos”, ou seja, não tivessem nascidos escravos, além do critério de renda mínimo (MATTOS, 2004, p. 171), que embora disfarçado em um critério financeiro, ocultava a óbvia diferença de acessos à empregos e propriedade entre negros e brancos. A população negra seguia sendo perseguida por constantemente ser confundida com escravos fugidos, devendo, portanto, apresentar sua carta de alforria.

Havia ao mesmo tempo uma diferença explícita entre os tratamentos dados aos diferentes grupos não-brancos. Pardo foi inicialmente utilizado para indicar a ascendência européia, portanto, de cor mais clara, de alguns grupos; sendo posteriormente utilizada como “pardo livre” para indicar a população africana livre; negros da terra foi um termo utilizado para se referir aos indígenas escravizados (MATTOS, 2006, p.206); crioulo referia-se aos nascidos no Brasil escravizados que já possuíam alguns privilégios frente os africanos escravizados; Isso explicita também que a escravidão não se assentava sobre diferenças naturais, mas sim sobre diferenças históricas e jurídicas (MATTOS, 2004, p. 408).

A discussão a respeito dos diferentes tons da cor da pele é atualmente denominada por colorismo – termo inaugurado pela escritora Alice Walker². O colorismo denuncia que as pessoas de cor mais escura são mais discriminadas do que as de cor mais clara. Apesar do termo se referir a cor da pele, outros aspectos fenotípicos aprofundam essa discriminação como o cabelo crespo, o nariz arredondado ou largo, etc. Esse termo colabora para a compreensão de que a sociedade tolera pessoas negras conforme se aproximem mais do fenótipo branco: pele mais clara, cabelo alisado (DJOKIC, 2015).

Os empecilhos da população negra não terminaram após a promulgação da abolição da escravatura. Após um processo lento, gradual e seguro, que proibiu o tráfico (1850), depois proibiu a separação de casais e mãe com filhos menores de 15 anos (1869), libertou os nascidos (1871) e os sexagenários

² Escritora de “A cor purpura”.

(1885), para só então, quando praticamente não havia mais escapatória, declarar o fim da escravidão, é inequívoco que as elites brasileiras, culturalmente, continuavam aferradas ao trabalho escravo. Em razão disso, as estratégias de dominação utilizadas nos últimos anos anteriores ao fim da escravidão foram transferidas para os contratos de serviços (TELLES, 2013, p. 13)

As criadas, assim com antes as escravas, faziam parte de uma unidade familiar da qual seu amo ou senhor detinha autoridade suprema (GRAHAM, 1992, p.16), ou seja, eram parte do lar. O chefe da família tinha o dever de protegê-la e as criadas, em troca, tinham obrigações de trabalho e obediência. Os senhor tinham dever de guardar inclusive sua honra e também de castigar “criado, discípulo, mulher, filho ou escravo”. Fosse livre ou escrava, a criada não vivia como pessoa independente, era reconhecida como membro de determinado lar (GRAHAM, p.25, 1992). Essa relação patriarcal, “de suposta proteção, não passavam de estratégia para manter a continuidade do trabalho escravo” (TELLES, 2013, p.16). Prova disso é a existência de termos de alforria que eram condicionados a prestação de serviços que ultrapassaram a data da abolição da escravatura.

Embora a população procedente do tráfico de escravo fosse majoritariamente masculina, o trabalho relacionado ao lar, era majoritariamente feminino. A maioria das mulheres nesse serviço, em São Paulo, tinham entre 20 e 30 anos. A idade influenciava na remuneração recebida, mulheres jovens, entre 12 e 18 anos podiam nem mesmo receber salários, o que se assemelhava com a escravidão de crianças ou tutelados (TELLES, 2013, p.15). As mulheres mais velhas tampouco eram bem remuneradas, sendo muitas vezes despedidas “para morrerem na rua sem nenhuma forma de assistência”. À essas demissões discricionárias, somava-se a demissão de mulheres grávidas ou doentes.

Havia um grande medo com relação ao destino que tomariam os grupos escravizados. Muitos não possuíam família, apesar da lei de 1869 que proibia a separação de casais e de mães e filhos menores de 15 anos. A lei rio branco também buscou impedir a venda dos filhos das escravas, mas era frequentemente burlada. (TELLES, 2013, p.58). Por serem um grupo majoritariamente analfabetos, sem casa própria, muitas vezes sem família,

para onde iriam? Era, portanto, “decisivo disciplinar essa mão de obra” (TELLES, p.63, 2013). Ademais, eram considerados “despreparados para a liberdade” (TELLES, p.58, 2013), o que justificava que devessem permanecer sobre “os cuidados e castigos não excessivos”.

O fim da escravidão representou não apenas uma limitação da força de trabalho no campo, mas também uma invasão das cidades. Muitos escravos viam na cidade a possibilidade de adquirir sua liberdade. A cidade de São Paulo “refletiu e incorporou a problemática social relativa aos escravos na província. Agindo como pólo de atração de escravos fugidos das fazenda do interior (TELLES, p. 42, 2013). Muitos viam nessa migração uma possibilidade de se distanciar das experiências do cativo e de se libertar dos laços de submissão (TELLES, p.106, 2013). Havia também muito medo na invasão das cidades por esses “elementos nocivos e inúteis”.

A inserção das mulheres libertas no mercado de trabalho assalariado pode ser avaliado com algumas informações da cidade do Rio de Janeiro e São Paulo. Um censo de 1870, da cidade do Rio de Janeiro, aponta que 63% das mulheres livres estavam engajada em alguma atividade remunerada. Dessas, por volta de 61% eram trabalhadoras domésticas, juntamente com cerca de 90% das escravas. No total, as criadas representavam 71% das mulheres trabalhadoras (GRAHAM, p.18, 1992). O trabalho doméstico era o que mais absorvia as mulheres saídas do campo (FRAGA FILHO, p. 325, 2006).

Sobre outros pontos de vista, a permanência ou entrada de criadas vindas das zonas rurais na atividade doméstica foi uma atividade fundamental para manutenção de famílias após a abolição da escravidão. O trabalho doméstico sempre representou um espaço majoritariamente feminino e que pode ter permitido que mais mulheres trabalhassem no período pós-abolição do que homens (SILVA, 1987; FERNANDES, 1984). Essa observação não pretende apontar o trabalho doméstico como uma opção ampla a qual essas mulheres poderiam escolher, mas entre opção nenhuma e o trabalho doméstico, este pode ter representando uma situação de emancipação maior quando comparado aos homens que haviam abandonado o campo e/ou se encontravam em situação semelhante (SOUZA, 2014 p.50). Lima (2005, p.307) considera que a permanência dessas mulheres nos serviços doméstico foi mais

uma estratégia de “redução de incertezas”.

Deve-se perceber que criadas libertas e escravas compartilhavam o mesmo ambiente de trabalho visto que o trabalho doméstico representava a sobrevivência para pessoas com pouca educação formal. Do outro lado, a dependência dos criados para suprir as necessidades básicas do dia-a-dia, representava para seus empregadores o pertencimento a uma determinada posição social.

É importante apontar que essa era uma sociedade economicamente dependente da força de trabalho humana. Criadas poderiam desempenhar diferentes funções dentro da casa que acarretavam diferentes graus de importância e intimidade com a família para qual trabalhavam. Desde amas de leite, que poderiam criar os filhos de seus patrões, até lavadeiras, que desempenhavam a maior parte do seu trabalho fora da casa, estabeleciam-se diferentes direitos e deveres para essas diferentes trabalhadoras

À época da abolição, uma grande preocupação era como regulamentar um trabalho agora realizado apenas por mulheres livres, pelo menos legalmente. O processo de regulamentação do trabalho doméstico é complexo devido a sua especificidade de ser realizado na esfera privada e, no caso de sociedade ex-escravocratas, envolve diretamente relações raciais, padrões de relacionamento, tensões e conflitos que reproduzem e explicitam privilégios e posições sociais construídos no período colonial (HILL, 1995 p. 32).

A abolição da escravatura em 1888 pouco afetou os mecanismos que as famílias arranjavam criadas. (GRAHAM, 1992, p.35). Era comum manter os escravos e, posteriormente, os criados “na família”. Para evitar riscos – de segurança ou contaminação - “algumas famílias preferiam manter seus escravos como membros do lar [...] de tal forma que os pais ou avós podiam dar escravos de presente a membros mais jovens da família”. Mesmo antes de abolição, já predominava, no Rio de Janeiro, criadas que eram mulheres livres. Como conhecer, então, a procedência dessas mulheres? A regulamentação visava justamente exigir dessas trabalhadoras que possuísem cartas com “boas referências de sua conduta” ou cartas “de confiança ou informações de pessoa idôneas”.

Em pesquisas sobre os anúncios em busca de criadas, é evidente a preferência por criadas brancas (GRAHAM, 1992, p.25). Igualmente, é

perceptível a preferência por crianças, as quais era possível oferecer roupas ou ensinar alguns dotes, como costura, em lugar de um salário. Ademais, as jovens, representavam uma menor ameaça a tranquilidade da casa e ao poder do empregador. Era o eufemismo para “boa conduta” ou “bons costumes”.

Por fim, como últimas considerações para apontar posteriormente a dificuldade de profissionalização desse forma de trabalho é o estereótipo característico da mulher negra trabalhadoras doméstica como figura da mãe preta. Desde clássicos da literatura brasileira a discursos políticos, é possível encontrar referências a esse personagem característica. Muitas vezes, essa figura maternal, essa relação afetiva, é utilizada para desconstruir abusos ou justificar as relações patriarcais ao invés de reconhecer direitos. Em cartas e discursos encontram-se falas como “todos nós conservamos na memória a mãe preta” e “essas mulheres que protegeram a todos nos durante a meninice” (GRAHAM, 1992, p.50).

3.1 A cultura mestiça e o racismo privado

Em 1930 cresce o movimento nacionalista e como em qualquer outro lugar, também no Brasil, houve a eclosão de símbolos nacionais e entre um dos principais representantes da cultura oficial da nação estava a “cultura mestiça”. O fim da primeira república demandava a necessidade de novos símbolos nacionais colaborando para aprofundar (pelo menos aparentemente) a cisão com o antigo regime político.

O indianismo havia sido exaltado nos anos que seguiram à Independência do Brasil de Portugal. Acreditava-se que ao glorificar especificidades brasileiras, os índios, as belezas naturais, estar-se-ia colaborando para construção de uma consciência nacional (SKIDMORE, 2012, p.41). O indianismo “tornou-se moda social e intelectual entre os membros da elite” a tal ponto que considerou-se propor o tupi como língua oficial do país. A publicação de Macunaíma, em 1928, pode ser considerada o ápice dessa representação romântica de protótipo literário do indígena (SCHWARZ, 2012, p.528).

Igualmente desproporcional era a representação dos homens e mulheres negras na literatura romântica. Nos romances de José de Alencar,

por exemplo, aparecem como “escravo heróico”, “escravo sofredor” ou “bela mulata”, muito raramente sendo tratado o homem negro livre, já presente em todos os níveis da sociedade brasileira. Após o indianismo, agora era a vez da cultura mestiça contribuir na elaboração de uma nacionalidade imaginada. Esse termo, cunhado por Benedict Anderson, visava demonstrar a importância de um “todo social unido pelo sentimento de pertença comum entre os indivíduos” (PERES, 2013, p. 104).

Com a nova república do Estado Novo, uma série de políticas culturais passam a ser pensadas pelo poder público em troca de “uma autêntica identidade brasileira” (SCHWARCZ, 2012, p.548). É a vez da cultura mestiça despontar como representante oficial da Nação. Embora ainda se encontravam (ou se encontram?) discursos que afirmam o caráter biológico da mestiçagem brasileira: “todo brasileiro, mesmo alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena e/ou do negro” (FREYRE apud RATTIS, 2010, p.18)

As origens africanas e as origens européias, porém, influenciavam diferentes aspectos da cultura nacional. Da cultura européia foram aproveitadas as leis, a escrita, o ensino, aspectos principalmente vistos como cultura erudita ou considerados nobres como desenvolvimento econômico e político, a formação do Estado. Enquanto isso, da cultura africana e também indígena foram incorporadas os ritmos, as músicas, as festas, a comida, nas palavras de dePestre, “aspectos pitorescos e secundários daquilo que se chama folclore” (SILVA, 1987). A escritora Conceição Evaristo (2010) expõe como se fazem sentir os diferentes espaços incorporados de culturas européias e das culturas afros nos momentos em que mulheres negras rompem com os papéis tido como “apropriados” para elas:

“a mulher negra, ela pode cantar, pode dançar, ela pode cozinhar, ela pode se prostituir, mas escrever, não, escrever [...] é um exercício que a elite julga que só ela tem esse direito” (EVARISTO apud MACHADO, p.249)

Essa exaltação da cultura mestiça como a cultura genuinamente brasileira é um dos principais traços que distinguem o racismo brasileiro com o racismo norte americano. Uma pretensão inclusão social através da cultura e da

afeição.

Esse é mais um traço da “colonialidade do poder”, apontado como o apaziguamento epistêmico. É uma morte das consciências, das memórias e dos legados africanos deixados na nossa história. É a redução dos conhecimentos não eurocêtricos a superstições, conhecimento popular, folclore (BERNARDINO, 2007; MIGNOLO, 2006). Outra problemática dessa exaltação excessiva ou de características específicas que continuem “outrificando” pessoas em contraposições a europeus é apontado por King e Gilkes, feministas negras, que:

“a substituição de estereótipos negativos por estereótipos ostensivamente positivos pode ser igualmente problemática, caso a função dos estereótipos como mecanismos para controlar imagens permaneça velada” (COLLINS, p. 5, 2016)

Essa “mestiçagem” também teve seu preço embraquecedor. Vários elementos sociais evidentemente reconhecidos como “de escravos”, ao tornarem-se símbolos nacionais, sofreram um processo de desafricanização. É o caso da feijoada que se converte em “prato nacional”. Igualmente a capoeira, reprimida pela polícia no final do século a ponto de se encontrar tipificada no código penal de 1890, é oficializada modalidade esportiva nacional em 1937. E finalmente, o samba, que se transforma em modelo música brasileira para exportação (SCHWARZ, 2012, p.719). Não sem sofrer alguma alteração do Estado e ser proibida de exaltar a malandragem, por uma portaria de 1939. Nesse mesmo movimento, o futebol, que era um esporte genuinamente inglês, começa a aceitar jogadores negros a partir de 1923.

O irmão de Lélia Gonzáles, historiadora e filósofa, Jaime de Almeida foi um jogador fluminense na década de 1940. Lélia destaca que para adentrar esses espaços, originariamente brancos, só era possível através de um processo de embranquecimento ou de um paternalismo racista que os/as mantêm enquanto figura subalterna, como verificado no trecho a seguir:

“era um preto bonito [...], cheio de saúde, alto com aquela dignidade boa, de alma, que a gente via no cinema, em certos pretos imponentes, escolhidos a dedo, para representar o mordomo do velho sul dos Estados Unidos. Bastava, com a fantasia solta, fechando os olhos, vestir Jaime de mordomo de My old Kentucky home” (RATTS; RIOS, 2010, p. 203)

O paternalismo que se tratam figuras de destaque em razão de sua evidência-se pois apontado como “diferente”, “uma figura rara” ou o qual nem se quer encontra referência no imaginário nacional para descrevê-lo.

A necessidade de “sentimento de pertença comum”, como citado anteriormente, uma singularidade que nos identifique, destaque, diferencie das demais nações, portanto, um mecanismo de construção republicana e solução para a integração nacional. Eis aí mais uma especificidade do racismo à brasileira: no plano cultural, popular, público se assimila e se exalta alguns aspectos da cultura afro, enquanto delega-se para o terreno privado a discriminação o racismo. Ao desconectar de forma explícita da cor, relegando-o para um acento cultural, e não mais evidentemente racial, mascara-se o racismo (SCHWARZ, 2012, p.918). Outra forma particular que o racismo brasileiro se mostra é o fato de considerar afrontoso ser preconceituoso numa sociedade tão “mestiça”, apontado por Fernandes (1979) como “um preconceito de ter preconceito”.

A privatização do racismo brasileiro torna cada vez mais difícil combater essa fenda na histórica brasileira, impossibilitando a punição, a reprovação e a conseqüente mudança de hábitos a respeito. Na década de 1950, pela primeira vez, surgem leis sobre discriminação, como é exemplo a Lei Afonso Arinos, infelizmente ineficaz. A lei 7716/89 também tornou-se letra morta ao só considerar discriminatórias atitudes preconceituosas as ocorrida em público, em razão de possibilitarem provas testemunhais.

4. RACISMO: O POTENCIAL DOS DADOS DESAGREGADOS

A produção e acesso a dados desagregados tem grande potencial informativo e podem demonstrar fatos muitas vezes embaçados pelas lentes culturais. Os preconceitos e a desigualdade de acesso a direitos relativos à raça são apaziguados principalmente em razão das discrepantes desigualdades econômicas. Os dados desagregados em gênero, raça e classe sócio-econômica tem contribuindo enormemente na compreensão da distribuição não equitativa nem equânime de direitos, também definida como interseccionalidade da desigualdade e do diferente acesso à direitos.

Em um estudo realizado pelo sociólogo Valle e Silva (apud SCHWARZ, 2012, p.1158) no ano de 1960, comprovou-se que a renda média dos brancos era o dobro da renda do restante da população. Em dados levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1982, Rosenberg (apud SCHWARZ, 2012) explicitou a desigualdade no acesso educacional. 97,1% dos negros estudavam o ensino básico em instituições públicas, comparado a 89% dos brancos. Nos cursos noturno, 13% dos negros e 11% dos brancos. Com relação ao analfabetismo, a desagregação por cor alcança 30% dos pretos, 29% dos pardos e 12% dos brancos, sendo de 8% entre amarelos. Na mesma época, a expectativa de escolaridade para o branco médio era de 4 anos, para o restante da população era de 2 anos (ANDREWS apud SCHWARZ, 2012, p.1159).

Os dados demográficos também evidenciam essa desigualdade ampliada de acordo com as interseccionalidade citadas anteriormente. Com relação a mortalidade infantil, o mesmo estudo de Valle e Silva (1992) demonstra a disparidade na taxa de óbitos: enquanto entre crianças brancas era de 77 óbitos para cada mil nascido, para pardos o numero era de 105 e para preto de 102. De forma semelhante a esperança de vida entre mulheres brancas e negras nos anos de 1975 – 1980 era de 68 anos e 61 anos respectivamente. A taxa de fecundidade entre 1980 e 1984 para mulheres pretas era de 4,4 filhos, pardas 4,4 filhos e para brancas 1,4 filhos. Esse último dado muitas vezes explicado em razão da inserção das mulheres brancas no mercado de trabalho. Mas e as mulheres negras que sempre tiveram que trabalhar em prol da sua subsistência, por que o trabalho nunca se relacionou

com a taxa de fecundidade?

Outro dado interessante trazido no mesmo estudo, é com relação as variações nos padrões de casamentos desagregados por cor. O celibato definitivo, ou seja, pessoas que jamais chegam a casar, foi mais acentuado entre homens pretos, 7,8% e menor entre homens brancos 5,2%. Desmascarando as idéias de democracia racial, miscigenação e cultura mestiça, o estudo mostra que a maior parte dos casamentos no Brasil é endogâmica, isto é, ambos cônjuges costumam ser da mesma cor, representando esses 79% dos casamentos. O casamento endogâmico, porém, é menos comum entre homens pretos, 58,6%, do que entre mulheres pretas, 67%. Como apontado pela demógrafa Elza Berquo (apud SCHWARZ, 2012, p. 1218) as mulheres negras estão em desvantagem no “mercado matrimonial”.

4.1 Dados desagregados e interseccionalidade: as especificidades das trabalhadoras domésticas

Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada(IPEA) traz uma análise do perfil das trabalhadoras domésticas em 2009 e ainda algumas comparações com um estudo anterior, de 1999. Os dados levantados pelo instituto explicitam a composição desse grupo como majoritariamente composto por mulheres negras com baixa escolaridade.

O primeiro recorte exposto é relativo ao gênero. Em 2009, 7,2 milhões de pessoas estavam empregados no serviço doméstico no Brasil. Desse total, 93% eram mulheres. Sabe-se que o serviço doméstico sempre foi reconhecido como uma atividade de responsabilidade feminina, até mesmo as atividades realizada por homens e mulheres no cuidado da casa são distintas. As mulheres costumam estar ligadas ao cuidados de pessoas, como babás e cuidadoras – seja de pessoas com deficiência ou idosos - a alimentação, limpeza, etc, enquanto as atividades masculinas costumam direcionar-se para o exterior da casa, como jardineiros e motoristas. Dada a total desproporcionalidade entre homens e mulheres nesse serviço, tratarei esse grupo de empregados sempre no feminino.

É importante também apontar que essa diferença de funções acarreta em diferenças salariais. Em 2009, o salário mínimo nacional era de R\$465.

Porém, a média do salário das mulheres nessa função era de R\$386,45, enquanto o dos homens era de R\$556,73. Ou seja, os homens ocupados nessa área não apenas recebiam acima do salário mínimo, como também recebiam 44% a mais do que as mulheres em média.

Ainda sobre gênero, a pesquisa traz que entre os homens ocupados, apenas 1% está empregado no trabalho doméstico. Enquanto entre as mulheres ocupadas, 17% encontram-se nessa área. Outra grande diferença é relativo as trabalhadoras sindicalizadas. Sabe-se que a organização dessas trabalhadoras é mais complicada que a de outros trabalhadores urbanos e rurais, visto que esses se encontram no ambiente de trabalho, enquanto as domésticas realizam sua atividade em diferentes locais e no âmbito privado. A sindicalização das domésticas cresceu entre 1999 e 2009 de 0,89% para 2%, mas ainda assim representa apenas metade da quantidade relativa aos trabalhadores domésticos, de 4%. Essa diferença provavelmente ocorre em função da diferença na jornada de trabalho entre trabalhadores e trabalhadoras, somado à diferente responsabilidade relativa ao trabalho reprodutivo, ou seja, aquele relativo as tarefas domésticas de sua própria casa. Uma vez explicitado que a discussão sobre trabalho doméstico trata de uma discussão sobre mulheres, passemos ao próximo recorte.

Uma das principais características do grupo das trabalhadoras domésticas é a baixa escolaridade. Em 2009, elas tinham em média 6,1 anos de estudo. O dado representa um aumento com relação a 1999, quando a média era de 4,7 anos de estudo. No mesmo período, a média das brasileiras passou de 7,4 anos de estudo para 9,3 anos. Ou seja, o aumento de anos de estudos das domésticas não seguiu o aumento médio das mulheres ocupadas, o que implicou em uma diferença ainda maior na escolaridade entre as domésticas e as mulheres ocupadas em geral. Fica claro como essa é uma característica marcante do grupo, pois, mesmo entre as trabalhadoras domésticas, quando subdivididas em outros grupos, a diferença de escolaridades diminuiu no período pesquisado. Por exemplo, entre mulheres brancas e negra a diferença reduziu-se para 0,4 anos. Embora as domésticas com maior grau de escolaridade sejam ainda as brancas que residem no trabalho, com 7,5 anos de estudo, contra 6,6 anos das negras residentes. Portanto, ainda que no quadro geral a diferença de escolaridade tenha

diminuído, quando comparamos empregadas domésticas em iguais posições, as mulheres negra ainda encontram-se em desvantagem.

Outro recorte fundamental para esse estudo é o recorte racial. Entre as trabalhadoras domésticas, 61,6% se declararam negras em 2009. Em relação às mulheres brancas ocupadas, o trabalho doméstico representa 12,6%, enquanto entre as mulheres negras ocupadas representa 21,8%. As diferenças relativas à cor mostraram-se um recorte fundamental, visto que em todos as temáticas houve diferenças entre mulheres brancas e negras, como já demonstrado no exemplo relativo a escolaridade. A formalização do trabalho doméstico, ou seja, possuir carteira de trabalho assinada, é maior entre mulheres brancas do que entre mulheres negras, sendo de 29,3% daquelas contra 24,6% dessas. Mas ao somar outros fatores essa diferença pode aumentar. Embora, de modo geral, o fato de residir no trabalho colabore para a formalização dessas empregadas, sendo 44% das residentes empregadas, contra 25,8% das não residentes, essa formalização é bem distinta para mulheres brancas e negras residentes. Enquanto, 58,4% das mulheres brancas residentes são formalizadas, apenas 39,2% das negras o são.

A diferença de formalização entre as residentes está ligada ao fator idade, visto que 37,6% das mulheres negras residentes são menores de 24 anos, contra 14,6% das mulheres brancas residentes. Ao baixar a faixa etária para 10 a 15 anos, essa diferença fica ainda mais evidente, visto que 2,5% das trabalhadoras negras residentes se encontram nessa faixa, enquanto não foram encontradas trabalhadoras brancas residentes nesse grupo.

Por fim, a remuneração entre empregadas domésticas brancas e negras também varia. Em 2009, as empregadas negras recebiam em média R\$ 364 ao passo que as brancas recebiam R\$421,58.

Há um grande debate a respeito da diarista enquadrar-se ou não como empregada doméstica. Atualmente, elas não são protegidas pela legislação trabalhista, porém, algumas o consideram uma vantagem. As diaristas estariam em maior vantagem por receberem em média maiores salários – uma vez somados -, terem maior flexibilidade e maior liberdade por não estarem subordinadas a apenas uma família. Por outro lado, as diaristas não contam atualmente com a proteção dos direitos trabalhistas. Embora não caiba aqui discutir os pros e contras dessas duas relações de emprego, como tem

crecido a discussão a esse respeito, vale a pena ressaltar que houve um crescimento dessa forma de trabalho de 12,1% no período estudo. E também nesse campo houve diferença entre as mulheres brancas e negras, tendo crecido 32,1% entre as brancas e 27,6% entre as negras.

Assim, é possível concluir que o trabalho domestico representa, no Brasil, desde sempre um espaço de trabalho para pessoas de baixa escolaridade, majoritariamente mulheres e que muitas vezes migraram de outras regiões em busca de melhores condições de vida.

5. TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

5.1 A luta das trabalhadoras domésticas e outros movimentos políticos

A primeira organização de trabalhadoras domésticas data de 1936, na cidade de Campinas e foi fundada por Laudelina de Campos Melo. Essa organização nasce em um momento de intensa discussão dos direitos trabalhistas no governo Vargas. Essas organizações políticas, porém, só ganharam o status de sindicatos em 1988 com a promulgação da nova Constituição.

As organizações dessas trabalhadoras é uma história de luta contra múltiplas hierarquias, prova disso é sua aproximação com diferentes grupos nos diferentes momentos históricos. Até a década de 1980, houve uma grande aproximação dessas organizações com o viés marxistas e com o discurso sobre classe. Porém, o abandono que elas sofreram por parte dos movimentos de trabalhadores, mostrou que o recorte de classe não seria suficiente para pautar os direitos dessas mulheres. Lenira de Carvalho, fundadora do sindicato das empregadas domésticas de Recife, denuncia que no período da Constituinte, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) não apoiou e não incluiu as pautas das trabalhadoras domésticas (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 339). A alegação, era que, diferentemente dos demais trabalhadores, os domésticos não geram renda para o país (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 335). Essa justificativa demonstra que as trabalhadoras domésticas tem servido para encobrir a inexistência de serviços públicos como creches, escolas e, atualmente, lares ou espaços para a 3ª idade. Mas, como poderiam ir trabalhar a maior parte dos trabalhadores de classe média, se não houvesse com quem deixar suas crianças? E eis o outro tocante que inibe o apoio das demais entidades trabalhistas em reconhecer direitos empregatícios às domésticas: o próprio movimento trabalhistas vê essa categoria como subalterna e se encontra na posição de empregador com relação a essa categoria. Enquanto os sindicatos requerem reposição salarial, banco de horas de seus empregadores, negam esses direitos às mulheres no serviço doméstico (BERNARDINO-COSTA, 2007, p.342).

Retomando o papel dessas trabalhadoras frente aos precários serviços públicos no Brasil, a questão das domésticas abre feridas também no movimento feminista. Durante muito tempo, as principais opositoras aos direitos trabalhistas desse grupo foram outras mulheres. As mulheres de classe média/alta só puderam ingressar no mercado de trabalho ao transferirem suas responsabilidades com a casa e a maternidade para outras mulheres. Nesse processo, não houve um rompimento estrutural das responsabilidades de gênero com relação ao lar, houve apenas uma transferência de responsabilidades, para outro grupo de mulheres, as já conhecidas “mães pretas”. Além do mais, a disponibilidade e responsabilidade das domésticas com as famílias de classe média e alta, levanta a questão de quem seria, então, presente e responsável nas famílias dessas próprias mulheres? Creuza de Oliveira, sindicalista de Salvador, expõe que as mulheres do movimento feminista exigiam liberdade sexual, direito à maternidade, ao mercado de trabalho, mas apenas de um grupo específico de mulheres. Esqueciam das trabalhadoras domésticas, majoritariamente negras, que com muita frequência dormiam no trabalho e que desejavam que não tivessem filhos. Ou seja, para esse grupo, não havia luta pela liberdade sexual, o direito a maternidade, nem ao mercado de trabalho. Apesar de tudo, o movimento de mulheres foi quem abraçou as demandas das empregadas na Constituinte.

As diferenças de realidade, de acesso e de direitos entre as mulheres traz a tona mais um recorte, qual seja um dos principais eixos da colonialidade de poder: a questão da raça combinada ao trabalho. A aproximação política entre empregadas domésticas e movimento negro, porém, só se fortaleceu a partir da década de 80. Embora, Laudelina Campos, primeira fundadora de uma associação doméstica no Brasil, fosse ligada a movimentos negros, essa proximidade política tem uma demarcação espacial e geracional bem específica. Além de ser uma ênfase encontrada nos discursos mais recentes, tem mais força nos sindicatos de Campinas, Salvador e, recentemente, no Rio de Janeiro (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 334). Os conflitos que apareceram com os movimentos de classe e de gênero, não apareceram igualmente com os movimentos de raça. Isso se dá pois esses movimentos “demandam uma modificação do padrão de poder semelhantes às demandas das trabalhadoras domésticas” (BERNARDINO-COSTA, 2007, p.340).

As abordagens marxistas não se mostraram suficientes para lidar com problemas sociais de um país ex-escravocrata, pois consideram uma história humana conduzida do feudalismo ao capitalismo industrial, sem reconsiderar o recorte de raça e a experiência colonial (CASANOVA, 2017, 411). O pensamento marxista clássico foca em experiências de uma parte da humanidade, na análise de exploração de trabalhadores pela burguesia e não aborda as injustiças decorrentes do colonialismo.

Já as abordagens feministas se limitaram por não representarem uma emancipação se não a da mulher de classe média e não em razão de uma igualdade de gênero. Infelizmente, esse movimento só conseguiu transferir responsabilidades de um grupo de mulheres para outros, mas sem romper com as estruturas que impões papéis distintos à mulheres e homens. Sem a multiplicidade e diversidades das mulheres não é possível resistir à colonialidade do gênero, pois, “resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele [...] comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer;” (LUGONES, 2010 p. 949).

5.2 Mulheres negras e o trabalho doméstico

O intuito deste tópico é discorrer sobre a estreita relação entre o trabalho doméstico e a experiência de mulheres negras. Como citado anteriormente, em 2009, 61,6% das trabalhadoras domésticas se declararam negra, na mesma pesquisa, considerando-se o total de mulher negras ocupadas, 21,8% encontravam-se nesse serviço, quase o dobro comparado às mulheres brancas.

Durante as leituras sobre feminismo negro e operariado negro, não por coincidência, algumas autoras citaram sua experiência ou a experiência de mulheres da sua família como o trabalhadoras domésticas. Conceição Evaristo, renomada escritora, ao discorrer sobre sua relação com a literatura diz que essa relação “passa pela cozinha, pelas cozinhas alheiras, porque as mulheres de sua família trabalharam como empregadas domésticas para famílias de importantes escritores/as mineiros/as”. Ela discorre com ironia sobre o nascimento da sua relação com a literatura e esse local de subalternidade, ligado à sua condição de classe e cor

(MACHADO, 2014, p.246). Evaristo discorre também sobre a relação comum de apadrinhamento pelos empregadores :

“O pai de Henriqueta Lisboa, doutor João Lisboa, era padrinho dessa minha irmã mais velha, padrinho de batismo. Era um tempo ainda em que essas relações de subalternidade eram também marcadas por uma relação de compadrio. Então você ter alguém de uma classe superior com quem você tivesse uma certa relação... era interessante” (MACHADO, p.247, 2014).

Essa manutenção da idéia de “bondoso empregador”, atravessando a esfera empregatício e adentrando a esfera familiar como padrinho advinda de heranças paternalistas coloniais, como posto por Telles e Graham anteriormente, segue funcionando como relações de proteção em troca de bom comportamento e de pertencimento a uma casa. Essa relação dificulta o reconhecimento do trabalho exercido por esses mulheres enquanto profissionais.

Outro aspecto evidenciado na experiência da Evaristo é a diferença entre mulheres brancas e mulheres negras, a partir da posição de poder:

“As lavadeiras, antes tão firma no esfrega-torce e no passa-dobra das roupas, ali diante do olha conferente das patroas, naquele momento se tornavam trêmulas, com receio de terem perdido ou trocado alguma peça. Mãos que obedeciam a uma voz-conferente. Uma mulher pedia, a outra entregava (MACHADO, 2014, p.247).

Destaco apenas para reforçar o já exposto anteriormente a respeito das contradições no movimento de mulheres e destacar a necessidade de marcar que os ganhos em direitos costumam abordar um grupo específico e é importante reconhecer essas limitações.

Lélia Gonzáles era filha de Dona Urcinda, empregada doméstica de ascendência indígena e seu Acácio, ferroviário negro. Ratts e Rios(2010) destacam que embora em 1935, ano do nascimento de Lélia, as mulheres já tivessem conquistado o direito ao voto, o acesso à escola e ao mercado de trabalho ainda era precário. Especialmente no caso de famílias com poucas condições econômicas como era o caso de Lélia:

“nessa família todos estudavam, ninguém passava da escola primária, mesmo porque o esquema ideológico internalizado pela família era esse: estudava-se até a escolha primária e, depois, todo mundo ia à batalha [...] para sustentar o resto da família”(RATTS;RIOS, 2010, p. 145).

Lélia aponta que só teve a oportunidade de estudar por ser a penúltima filha. Por sorte, também em razão de Dona Urcinda ter trabalhado de doméstica, e, eventualmente como ama de leite, para uma família italiana cuja mãe havia morrido no parto e com quem Lélia fizera muito amizade com a filha em razão da idade. Devido a essa proximidade afetiva, a família se ofereceu para pagar para Lélia também o colégio (RATTS;RIOS, 2010 p. 152). Novamente, encontrarmos relações de compadrio.

Ao falar do irmão mais velho, Jaime, relatam-se as “oportunidade de trabalho” que Lélia teve, ainda criança, de ser babá de diretores dos clubes que seu irmão jogava. O trabalho de babá eram um indicativo para ser tornar empregada doméstica e, logo, “parte” da família. Lélia relata em uma entrevista ao Pasquim que teve que “reagir muito contra” para que não seguisse nesse trabalho.

No livro “história de operários negros” (SILVA, 1987) que retrata a experiência escolar e profissional de três trabalhadores negros, traz vários trechos que apontam a relação entre o trabalho doméstico e a única trabalhadora entrevistada. Nalva teve a oportunidade de estudar em um colégio de freiras e relata que as meninas que não tinham mãe, eram buscadas no fim de semana por famílias para que elas pudessem (as estudantes) passear com as crianças (das famílias) e que quando essas (estudantes) cresciam eram levadas para ser empregadas (SILVA, 1987, p. 74). Evidentemente tornar-se-iam empregadas que moravam no serviço, nem cabe aqui discutir jornada de trabalho, embora já fosse tema debatido nos movimentos de trabalhadores, visto que já sabemos que esse só foi reconhecido para as domésticas em 2013, mas apontar que, mais uma vez, mantinham-se os vínculos de paternalismo que faziam da empregada parte da casa. A vida pessoal dessas mulheres, sua independência, vida social e afetiva, portanto, eram extremamente controlados.

Outro trecho reflete um comportamento muito comum ao longo da história brasileira: a troca de moradia, comida, por serviços domésticos. Nalva relata que ela e sua mãe (a qual era empregada doméstica) “morávamos no seu Flávio. Pra ter um dinheirinho, eu lavava louça do almoço, lavava chão pras gurias” (GONÇALVES SILVA, p. 76, 1987). Essa “troca” era e é tão recorrente, principalmente com mulheres vindas do interior para as cidades

grandes, que a lei de 2013, que regulamentou o trabalho doméstico, trouxe em art. 18³ a proibição de reduzir o salário em razão de alimentos, estadia noturna ou uniforme de trabalho.

Por fim, Nalva relata que quando conseguiu um trabalho na área de enfermagem, o que era um fato excepcional para uma mulher negra, teve que ouvir comentários racistas de colegas de trabalho mais claras:

“As moças de cor eram serventes, só eu trabalhava nos quartos. A Maria Costa era clara, ela implicava comigo, achava que eu não merecia. Mas eles me dava, eu nunca pedi... Eu respeito meu patrão”
(SILVA, 1987, p. 80)

5.3 Estudos e mulheres negras

Como apontados pela pesquisa do IPEA um dos principais marcadores das trabalhadoras domésticas é sua baixa escolaridade. Apesar do aumento de anos de estudos da sociedade brasileira de forma geral, os anos de estudos das domésticas não seguiu esse avanço, como já apontado anteriormente.

Para trazer mais alguns dados, em 1950 “os brancos – representando 63,5% da população total – detinham 97% dos diplomas universitários, 94% dos secundários e 84% dos diplomas da escola primária”. Esses dados, que se desagregados em gênero com certeza constariam uma situação ainda pior das mulheres negras, explicitam a constatação de Hooks (apud CARNEIRO, 2010, p.118) de que é essencial para a luta de libertação das mulheres negras que elas ocupem espaços de trabalho intelectual. Caso contrário, não conseguiremos romper a divisão de trabalho construída e perpetuada pela colonialidade do poder de que as mulheres negra são ‘só corpo sem mente’, construção que também se explicita no estereótipo da ‘mulata tipo exportação’.

O histórico de diversas intelectuais negras da atualidade constata como a experiência de trabalho como empregada doméstica ainda é uma realidade atual ou muito próxima da maior parte dessas mulheres. Outra vivência muito presentes no relatos das intelectuais negras, são as dificuldades

³ Lei complementar 150/2015 Art. 18. É vedado ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia, bem como por despesas com transporte, hospedagem e alimentação em caso de acompanhamento em viagem.

constatadas para se inserir nos espaços acadêmicos. Eis aqui a importância do compartilhamento de vivências individuais que revelam nas suas frequências e recorrências questões estruturais.

Este é um dos instrumentos mais eficazes na dominação étnica/racial, conceituado por Boaventura Santos como epistemicídio. Definido inicialmente como o processo de destituição da racionalidade, da cultura e da civilização do Outro, este processo vai muito além ao se consolidar como um processo constante de produção da indigência cultural:

pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (CARNEIRO, 2005, p.97).

Esse processo de desqualificação de outros conhecimentos somado à divisão racial do trabalho intelectual/manual, legitima a desqualificação individual e coletiva da possibilidade de ser e se ver enquanto sujeito capaz de adquirir conhecimento. Nas palavras de Carneiro (2005) “o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado [...] mutila a capacidade de aprender”.

Como na construção da modernidade e da colonialidade, o intelecto e a razão foram determinadas patrimônio dos brancos e europeus, eis a razão pela qual o racismo pode ser percebido (e geralmente o é) entre as pessoas mais estudadas. Há quem perceba o racismo como fruto da ignorância, mas o racismo é produto autêntico da construção da razão (CARNEIRO, 2005, p. 100). Esta construída como a única produtora possível do conhecimento e renegada à todos os grupos que se encontrassem do outro lado do binômio moderno.

A barreira do acesso à educação é um dos instrumentos de manutenção deste epistemicídio. Os dados desagregados sobre trabalhadoras domésticas, citados anteriormente, confirmam que a desigualdade de escolaridade é uma das principais característica das trabalhadoras domésticas e que essa desigualdade não diminui entre 1999 e 2009. E que ainda entre as próprias trabalhadoras domésticas são as trabalhadoras negras as com menos anos de estudo (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009).

A educação se torna assim uma maneira de naturalizar as desigualdades raciais. O sistema educacional é considerado por Carneiro (2005, p.112) um subdispositivo da racialidade do poder. Tal se comprova no diferencial de escolaridade entre brancos e negros que além de ser discrepante, se mantém estável entre as gerações (CARNEIRO, 2005, p.2013; SCHWARZ, 2012, p.1158; XAVIER, 2015, p.6).

A filósofa Djamila Ribeiro (2017, p.24) também confirma esse binômio moderno: “quem possui o privilégio social possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco”. Mais uma vez evidencia-se a conquista da modernidade de ter conseguido construído como universal e neutro o que na verdade se trata de uma perspectiva específica. Mais um motivo pelo qual a inserção de mulheres negras nos espaços acadêmicos se torna fundamental: desconstruir a falácia de um conhecimento universal. Ribeiro (2015) alerta que as falas de mulheres negras tem sido historicamente desqualificadas, e seguem sendo, sobre o pressuposto de que falar apontando sua perspectiva, seria romper a neutralidade científica. O que não se vê é que não há, nem nunca houve, neutralidade nessa construção. Eis pois a importância de entender todos os saberes como localizados e não apenas os saberes dos grupos que nunca tiveram voz.

A ocupação desses espaços de construção do saber e a construção de um “outro saber” também é parte fundamental da descolonização do saber e do poder. Mais além, é basilar para romper o binômio trabalho x intelecto, ou mais aprofundadamente, destruir a concepção de que alguns trabalhos valem menos do que outros.

5.4 Direitos trabalhistas e sua representatividade

Observou-se na formação do movimento das trabalhadoras domésticas a articulação entre movimentos sindicais, feministas e negros, o que é denominado por Bernardino (2015) como interseccionalidade emancipadora. Um movimento que busca a igualdade de direitos trabalhistas enquanto superação das distinções classistas, racistas e sexistas.

Infelizmente, sabe-se que o reconhecimento normativo de um direito não

é suficiente para ampará-lo e garanti-lo na prática. Menos ainda frente ao desmonte de direitos que tem sofridos os trabalhadores e trabalhadoras e a própria justiça trabalhista. O direito à jornadas de trabalho, férias, FGTS da trabalhadoras domésticas representava uma igualdade em direitos desse grupo junto as demais trabalhadoras.

O reconhecimento desses direitos representa, juridicamente, o alcance da igualdade trazida no art. 5, II da Constituição Federal. Se por todos esses anos a desigualdade de direitos trabalhista não foi algo que espantou a sociedade brasileira, isso demonstra que há, na prática, uma desvalorização de alguns trabalhos e a recusa de reconhecer todos os cidadãos e cidadãs como dignas dos mesmos direitos.

6. CONCLUSÕES

Essa pesquisa foi iniciada anteriormente à aprovação da Reforma Trabalhista (lei 13. 467/2017) e visava construir uma idéia de direitos trabalhistas enquanto valorizadores da própria pessoa e de reconhecimento de humanidade e direitos. Lamentavelmente, o trabalho foi atravessado por essa aprovação, mas seus pontos de partida não foram alterados. A classe das domésticas segue sendo uma das última a ter seus direitos reconhecidos.

Em uma reviravolta epistemológica, aprofundei-me nos estudos sobre decolonialidade. Uma mudança não apenas na maneira de ver mas principalmente de pensar. Tomou-me muito tempo a carga de leitura dos conceitos dessa perspectiva. Após longas leituras, encontrei também críticas a grande parte desses estudiosos devido à sua reprodução de lugares de produção do conhecimento, pois grande parte deles encontram-se em universidades norte americanas. Encontrei-me novamente colaborando para a reprodução da colonialidade do poder interno, reproduzindo saberes unicamente acadêmicos, majoritariamente masculinos, brancos e muitas vezes a partir de universidades norte-americanas. Uma nova jornada de leituras se iniciou visando não só enunciar um teoria, mas colocá-la na prática.

Assim aprofundaram-se minhas leituras sobre feminismo negro exclusivamente a partir de pensadoras negras. Se até então havia lido sobre pós colonialidade e decolonialidade a partir de homens brancos, com poucas exceções como Segato e Adichie, nada mais epistemologicamente coerente do que de fato praticar a valorização desses “outros conhecimentos”.

A perspectiva decolonial e a perspectiva interseccional se provaram uma perspectiva urgente e fundamental para compreender uma realidade que os pensamentos acadêmicos insistem em dividir em “caixinhas”. Se na vida real as experiências e transformações sociais não dividem-se entre as esferas da história, do direito ou sociologia, como um conhecimento segregado poderia conseguir explicar essas realidades? Apesar de fundamentais, deve-se atentar para o fato de que essas perspectivas – decolonial e interseccional – já vem sendo abordadas e alertadas por outras

atrizes e atores há muito tempo, porém sobre outros nomes, afim de não recair na negação de outros conhecimentos. O encontro e reunião desses vários conhecimentos sobre um nome, que não deve ter a pretensão de homogeneizá-los, é, de toda forma, relevante para que essas vozes alcancem mais espaços.

A interseccionalidade é uma visão fundamental para que se enxergue que as leis e políticas públicas construídas e ditas como universais não conseguem alcançar, ou possivelmente intencionalmente não queiram alcançar, todos os grupos sociais. Grande confusão se faz ao tentar enunciar esses grupos, inter cruzados por diversas identidades, como se representassem uma tentativa de apaziguar outros grupos. A proposta é exatamente a oposta: evidenciar o apaziguamente que identidades universalizantes – homem, mulher, pobre – impõe e diversos atores. Como posto por Ribeiro (2017, (p.45)):

“As diferenças não são algo negativo, as desigualdades que são construídas a partir dessas diferenças, sim. Portanto, o não reconhecimento de que se parte a partir de locais diferentes, visto que as pessoas tem experiências coletivas estruturais distintas, seria continuar apoiando o argumento de que pessoas brancas falam na coletividade pois se entendem como universais”.

Assim, o reconhecimento dos direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas, e escolheu-se falar em “reconhecimento” pois o direito propriamente elas sempre tiveram, explícita como trata-se de “pessoas com experiências coletivas estruturais distintas”. Uma experiência majoritariamente de mulheres, negras, de classe econômicas baixa e com pouco acesso escolar. Os relatos das diferentes autoras mostram suas experiências compartilhadas que evidenciam uma condição estrutural. A construção da igualdade de condições trabalhistas para esse grupo de mulheres negras é, portanto, basilar para a superação do nosso “passado” de Estado colonial e presente colonialidade interna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. TEDGlobal, 2009. Disponível em:

https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br#t-719016>. Acesso em: 18 de fev. de 2017.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulista*. São Paulo: Global, 2008.

BOTELHO, Maurílio Lima. Colonialidade e forma da subjetividade moderna: a violência da identificação cultural na América Latina. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 34, p.195-230, jul/dez de 2013.

CARNEIRO, Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. São Paulo: Feusp, 2005.

CARVALHO, Glauber; ROSEVICS, Larissa (Orgs.). *Diálogos Internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: PerSe, 2017.

CASANOVA, Pablo González. *Colonialismo interno: una redefinición*. Disponível em: <biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.%2019.doc>. Acesso em: 20 de fev. de 2017.

COLLINS, Patrícia Hills. Aprendendo com o outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista e Estado*, vol. 31, n. 1, jan/abr. 2016.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *RBCS*, vol.21, 60, jan. de 2006.

COSTA-BERNARDINO, Joaze. Colonialidade do poder e subalternidade: os sindicatos das trabalhadoras domesticas no Brasil. *Revista Brasileira do Caribe*, Goiás, vol. VII, n. 14, p. 311-345, jan./jun. 2007.

_____; GROSFOGUEL, Ramon. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, jan./abr. de 2016.

DJOKIC, Aline. *Colorismo: o que é, como funciona*. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2015/01/27/colorismo-o-que-e-como-funciona/>>. Acesso em: 14 de abril de 2018.

FERNANDEDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: difusão europeia do livro, 1979. Disponível em: <<https://eraju2013.files.wordpress.com/2013/09/fernandes-florestan-o-negro-no-mundo-dos-brancos-1.pdf>>. Acesso em: 23 de março de 2018.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: história de escravos libertos na Bahia (1870 – 1910)*. Campinas, SP: Unicamp, 2006.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Operários negros*. In: coleção afro-brasileira. Escola Superior de Teologia e espiritualidade franciscana. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1987.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência – criadas e seus patrões no Rio de Janeiro: 1860 – 1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HILL, Bridget Irene. Algumas considerações sobre empregadas domesticas na Inglaterra do século XVIII e do terceiro mundo de hoje. *Varia história*, Belo Horizonte, n.14, set. 1995.

Instituto de Pesquisado Econômica Aplicada. Comunicados do IPEA, no 90. *Situação das trabalhadoras domésticas no país*. 5 de maio de 2011. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=668>. Acesso em: 7 de março de 2018.

LEDA, Manuela Corrêa. *Teorias pós coloniais e decoloniais: para repensar a sociologia modernidade*. Revista Temática, Campinas, n.23, p.101-126, fev./dez 2015.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista estudos feministas*, v. 25, n.4, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e America Latina. In: Edgardo Lander (org.) *a colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MACHADO, Bárbara Araújo. Escre(vivência): a trajetória de Conceição Evaristo. *Revista História Oral*, v.17, n.1, p.243-265, jan./jun.2014.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

MELLINO, Miguel. *La crítica poscolonial: descolonización, capitalismo y cosmopolitismo en los estudios poscoloniales*. Buenos Aires: Paidós, 2008.

MIGNOLO, Walter. *El pensamiento dêś-colonial, desprendimiento y apertura: un manifesto*. 2005. Disponível em:<www.tristestopicos.org>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

_____; *La Idea de America latina: La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona : Editora Gedisa, 2007.

PERES, Hubert. Nação Imaginária e Nação imaginada. In: *Confluência – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, vol. 14, n. 2, pp 102-120, 2013.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. *Lélia Gonzáles*. Coleção: retratos do Brasil Negro.

São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2017.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Cultura e imperialismo*. Rio de Janeiro: Companhia de bolso, 2011.

SCHWARZ, Lilia Mortiz. *Nem preto, nem branco, muito pelo contrario: cor e raça na sociedade brasileira*. São Paulo: Claro enigma, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SOUZA, Flavia Fernandes de. *Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na Corte imperial*. Disponível em: <periodicos.unb.br/index.php/hh/article/download/17577/16960>. Acesso em: 22 de abril de 2018.

TELLES, Lorena Feres da Silva. *Liberta entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880 – 1920)*. São Paulo: Alameda, 2013.

XAVIER, Giovana. “Fala a Mulher” ou a mulher também fala? *Maria de Lurdes Vale Nascimento e as articulações entre gênero, raça e classe no jornal O Quilombo (Rio de Janeiro, 1948-1950)*. 7o Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2015. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/congresso/index.php/E-X/7/paper/view/211>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.